

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**Secretaria de Fiscalização de Pessoal**  
2ª Divisão de Fiscalização de Pessoal

**Instituidor:** MARIA DE LOURDES ROCHA DE OLIVEIRA  
**CPF:** 120.498.161-20 - **Matrícula:** 94455  
**Tipo de Ato:** REVISÃO DE PENSÃO CIVIL - **Processo:** 110000114/2010  
**Cargo:** Técnico de Administração Pública - Classe Especial - Padrão II  
**Número do Ato:** 016425-7  
**Órgão de Origem:** Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (SINESP)

Senhor Diretor,

1. Examina-se, na oportunidade, o ato de revisão de pensão instituída pela servidora em epígrafe.

2. A análise desse ato fez-se de forma conjunta com o ato 12882-0, que trata da pensão civil dessa servidora, e já foi considerado legal pela Decisão TCDF nº 5.083/2017 (Processo nº 23.315/2016).

3. Precedeu a presente análise a Decisão TCDF nº 3.751/2018, que determinou ao órgão jurisdicionado:

“II – (...) que, no prazo de 30 (trinta) dias, notifique o Sr. Cláudio Rocha Pires para, querendo, em igual prazo:

a) apresentar elementos probatórios que considerar suficientes e necessários a comprovar sua qualidade de dependente econômico em relação à genitora, instituidora da pensão, ao tempo do falecimento (15.02.10);

b) efetuar a juntada de comprovantes dos proventos de aposentadoria auferidos na esfera federal, com vistas a subsidiar o cotejamento dos dados e a reanálise da questão, para se verificar ainda se, em tese, pode prover os meios para subsistência com a aposentadoria por invalidez concedida pelo Estado, em detrimento da pensão ora tratada; (...).”

4. Em resposta, o IPREV/DF informou em 10/12/2018 que “Ao TCDF, com a diligência cumprida.”.

5. Verificou-se na aba “Anexos e Observações” que foram três arquivos, que representam a resposta do interessado, o Sr Cláudio Rocha Pires:

a) Doc Resposta Sr Claudio Rocha sobre a dependência econômica: arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 1”;

b) Doc Resposta Sr Claudio Rocha sobre dependência econômica 2: arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 2”; e

c) Doc Juntada de Documentos – aposentadoria Sr Cláudio Rocha: arquivo “resposta

CLAUDIO ROCHA PIRES 3”.

6. No processo eletrônico TCDF nº 23.315/2016 observou-se que foi deferida a Decisão TCDF nº 5.685/2018, que considerou prejudicado o pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da Decisão TCDF nº 3.751/2018.

7. Contextualizando a situação, o interessado apresentou laudo médico atestando a invalidez datado de 13/09/1985 (aba “Dados dos Beneficiários”), como comprovação da sua situação de beneficiário de pensão civil (filho maior inválido em 15/02/2010, data do óbito da instituidora).

8. Porém, ele exerceu cargo público no Ministério da Saúde posteriormente (de 30/09/1988 a 19/09/2001), o que poderia tê-lo deixado, tacitamente, de incorrer na condição de inválido – mas, em 19/09/2001, quando se aposentou, por invalidez permanente simples, voltou à condição de inválido.

9. Após diligência anterior contida na Decisão TCDF nº 5.083/2017, verificou-se em novo laudo médico, o Laudo Médico Pericial nº 076/2017, “Avaliação para fins de pensão: constatação de invalidez em dependentes”, de 13/12/2017, realizado na SUBSAÚDE da SEPLAG (doc “laudo médico nº 076-2017” na aba “Anexos e Observações”), que, de acordo com o exame pericial feito em 28/11/2017, a Junta Médica Oficial considera que “o periciado é inválido permanentemente em concordância com a avaliação de invalidez presente às folhas 54 do processo n. 0110-000.114/2010”.

10. Antes acrescentou que, “Segundo a Junta Médica realizada em 08/04/2008 (...), o Sr. Claudio Rocha Pires é portador de \_\_\_\_\_ sob o CID \_\_\_\_\_, Doença invalidante de caráter total e permanente não cabendo reexame. Logo a doença do requerente é anterior e precede ao óbito da servidora que ocorreu em 15/02/2010” – obs: omitidos nesta informação o nome e o CID da doença.

11. Ressalta-se que a folha 54 do processo n. 0110-000.114/2010 foi juntada ao processo eletrônico, e é o Laudo Médico Pericial nº 008/2014, que conclui, após exame pericial realizado em 09/05/2014, que “O periciando apresenta invalidez, decorrente de \_\_\_\_\_, CID \_\_\_\_\_, doença não especificada em lei. Início da doença: 1985. É inválido permanentemente.” – obs: omitidos nesta informação o nome e o CID da doença.

12. Ou seja, com relação à doença que motivou a aposentadoria na esfera federal, ela teve início em 1985, e deixou o interessado na condição de inválido permanentemente.

13. Em que pese a condição de invalidez ser existente desde 1985, o Laudo Médico Pericial nº 076/2017 informa que o interessado não é curatelado, ou seja, ele era capaz de administrar os próprios interesses.

14. Então, a Decisão TCDF nº 3.751/2018 determinou que o interessado apresentasse elementos probatórios que considerasse suficientes e necessários para comprovar sua qualidade de dependente econômico em relação à genitora, ao tempo do falecimento (em 15/02/2010).

15. E, ainda, que efetuassem a juntada de comprovantes dos proventos de aposentadoria auferidos na esfera federal, com vistas a subsidiar o cotejamento dos dados e a reanálise da questão, para se verificar ainda se, em tese, pode prover os meios para subsistência com a aposentadoria por invalidez concedida pelo Estado, em detrimento da pensão ora tratada.

16. Nesse sentido, extrai-se do Voto do Conselheiro Relator de 02/08/2018 (e-DOC 1BC3B720) que:

*“Mais à frente, no voto-condutor da Decisão n.º 5.083/17, após compulsar as alegações de defesa então apresentadas, entendi que, caso demonstrada a condição de dependente econômico em relação à mãe, seria possível a acumulação da pensão por morte com aposentadoria por invalidez.*

*Peço vênias para reproduzir a conclusão daquele voto, que deixa clara a compreensão exposta:*

*“De tal sorte que, a meu ver, uma vez demonstrada a condição de dependente econômico do Sr. Cláudio Rocha Pires em relação a sua mãe, **seria perfeitamente possível a acumulação da pensão por morte com aposentadoria por invalidez, uma vez que possuem naturezas distintas**, com fatos geradores diversos, conforme já decidiram este Tribunal (Decisão nº 802/17, adotada no Processo nº 13.515/14) e o e.STJ (p. ex., Edcl no AgRg no REsp 731249, publicado no DJ de 17.11.08).*

***Necessário se faz, assim, que o interessado demonstre tal condição, o que será solicitado em diligência à jurisdição.*** Destaquei

*Dessa forma, para que fossem apresentados elementos probatórios da qualidade de dependente econômico em relação à instituidora da pensão, ao tempo do falecimento (15.02.10), foi franqueado prazo ao beneficiário e determinado à Sinesp/DF que:*

*- o submetesse a nova inspeção de saúde, facultando-lhe apresentar ao TCDF elementos probatórios que considerasse suficientes e necessários a comprovar sua qualidade de dependente econômico em relação à instituidora da pensão, ao tempo do falecimento (15.02.10).*

*- informasse se, naquela data, existia algum termo judicial impedindo-o da prática de atos da vida civil, e se esse termo continuava vigente.*

*Nesta oportunidade, com o retorno dos autos ao meu Gabinete, constato que as*

*informações trazidas na diligência reafirmaram a condição de invalidez preexistente ao óbito, após novo laudo médico, remontando ao ano de 1985 (item III.a da Decisão n.º 5.083/17).*

*Entretanto, como delineado pelo Parquet, não são categóricas no sentido de informar se, na data de 15.02.10, data do óbito da instituidora da pensão, existia algum termo judicial impedindo-o da prática de atos da vida civil e se esse termo continua vigente (item III.b da Decisão n.º 5.083/17), o que torna incerto, juntamente com o fato de o beneficiário não ter comparecido aos autos, concluir-se, com convicção, pela manutenção ou perda da qualidade de **dependente econômico**.”.*

17. A defesa do interessado, em relação à Decisão TCDF nº 3.751/2018, por intermédio do seu advogado, argumenta que recebe aposentadoria por invalidez proporcional, e que, “*em razão de seu problema de saúde, robustamente demonstrado nos autos, iniciados em 1996 e que o levaram, no ano de 2001, à aposentadoria por invalidez, necessita fazer uso contínuo de medicação controlada, além de acompanhamento psicológico e psiquiátrico, que são custeados pelo requerente, os quais são sabidamente de alto custo*” (página 2 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 1”).

18. Informa que comprovantes são anexados à resposta do interessado (documentos 03 a 18 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 2”), por exemplo: Laudo Médico Pericial do Subsistema Integrado de Atenção a Saúde do Servidor do Ministério da Saúde de 28/05/2014; Solicitação de Relatório Médico para fins de avaliação pericial de junta médica, de 22/05/2014; Relatório Médico de Psiquiatria, de 07/05/2014; Comprovante de pagamento bancário de 06/11/2018; Relatório Médico e Nota Fiscal de Clínica de Psiquiatria e Psicologia, de set e out/2018; e Prescrições de Medicamentos.

19. Acrescenta que o interessado sempre dependeu da genitora, mesmo antes de seu falecimento, em todos os aspectos, inclusive financeiros, em virtude de não ter renda alta e da sua aposentadoria precoce, por invalidez, e que não houve qualquer alteração, para melhor, na sua situação econômica (página 2 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 1”).

20. Em seguida, trata sobre a legalidade da acumulação de pensão por morte com aposentadoria por invalidez independente da demonstração de dependência econômica (páginas 3 a 11 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 1”).

21. Registra que a Lei nº 8.112/91 dispõe em seu art. 217 que é beneficiário da pensão: IV – o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos: b) seja inválido.

22. Com relação ao Distrito Federal, registra que a Lei Complementar nº 840/2011 menciona em seu art. 30-A que é beneficiário da pensão: II – temporária: a) o filho ou enteado até completar vinte e um anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez.

23. Com relação à dependência econômica, para fins de recebimento de pensão, cita que a Lei Complementar nº 769/2008 dispõe em seu art. 12 que é beneficiário do RPPS/DF, na condição de dependente do segurado: IV – (...) o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido.

24. Em seguida argumenta que, segundo o §1º do art. 12 da LC nº 769/08, a dependência econômica do cônjuge e dos filhos indicados no inciso IV é presumida – enquanto a das pessoas indicadas nos incisos I a III deve ser comprovada.

25. A título de jurisprudência, o defendente registra o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência – TNU, dos Juizados Especiais Federais, de que a presunção de dependência econômica é absoluta em situações assemelhadas à tratada no presente caso.

26. Sobre o tema, extraiu o seguinte exemplo do Pedido de Uniformização de Jurisprudência de Interpretação de Lei Federal – PEDILEF 200970660001207 PR, Relator Juiz Federal Herculano Martins Nacif, julgado em 20/02/2013 e publicado no DOU de 08/03/2013, do qual se destaca que:

“PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. FILHO APOSENTADO POR INVALIDEZ. CUMULAÇÃO. INCAPACIDADE OCORRIDA APÓS A MAIORIDADE E ANTES DO ÓBITO DO PAI. POSSIBILIDADE. PRESUNÇÃO ABSOLUTA DE DEPENDÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

3. Incidente de Uniformização da parte autora, no qual defende, em síntese, que, a dependência econômica do filho maior e inválido é presumida e não admite prova em contrário (§ 4º, do art. 16, I, da Lei nº 8.213/91).

(...)

7. Desta feita, é certo que a dependência econômica do filho maior inválido é presumida e não admite prova em contrário, conforme precedente desta TNU – PEDILEF 200771950120521, Juíza Federal Maria Divina Vitória.

8. Pedido de Uniformização conhecido e parcialmente provido para confirmar a tese de que a dependência econômica do filho maior e inválido é presumida e não admite prova em contrário, mesmo se já era titular de aposentadoria por invalidez à época do óbito do instituidor da pensão por morte, para anular o acórdão e determinar à Turma Recursal de origem novo julgamento do feito com base na premissa acima discriminada.”

27. No mesmo sentido, a defesa cita julgados de tribunais, a exemplo do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2 – APELREEX: 2009.51.51.013468-4 RJ), do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3 – ApReeNec 00170267420144039999), do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5 – MCTR: 2116 RN 0024646-25.2005.4.05.0000) e do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1440855/PB; REsp 1377728/CE).

28. A defesa destaca ainda que:

*“24. (...) tem-se como sendo direito do requerente a continuidade do recebimento da pensão por morte de sua genitora, em acumulação com o benefício de sua aposentadoria por invalidez, seja porque a dependência econômica não se constitui requisito para o recebimento do benefício em tela, sempre em decorrência do fato de que, mesmo quando sua genitora ainda vivia, sempre foi seu dependente econômico, especialmente em razão de que, em decorrência de sua aposentadoria por invalidez, a qual se deu proporcionalmente, teve sua remuneração sensivelmente reduzida, aumentando, portanto a dependência, eis que é o requerente quem arca com suas altas despesas médicas e medicamentosas.*

*25. Entretanto, vale reiterar que a discussão sobre a continuidade da dependência ou não, no caso concreto, apresenta-se, data vênua, irrelevante, eis que, conforme a própria legislação aplicável à espécie, acrescido do pacífico entendimento jurisprudencial acima trazidos, a dependência do filho, em caso de invalidez, é presumida absolutamente.*

*26. Além do mais, na esteira da jurisprudência acima citada, não há que se criar controvérsia quanto ao fato da possibilidade de acumulação em questão, considerando que ambos os benefícios possuem natureza totalmente distintas.”*

29. Por fim, a defesa acrescenta que o recebimento de pensão pelo interessado não representa qualquer prejuízo ao erário, pois o valor que lhe cabe de pensão, caso esta fosse considerada ilegal, seria revertido ao beneficiário da pensão vitalícia.

30. Consta também na resposta do interessado Parecer Psicológico emitido com a finalidade de avaliação para isenção de imposto de renda, de 26/05/2014, que relata a situação do interessado, mencionando a doença, a aposentadoria por invalidez e a situação em que vive (páginas 19 e 20 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 2”).

31. Sobre a situação do interessado, destaca-se do Parecer Psicológico que: “mostra-se orientado e estabelece boa comunicação na entrevista psicológica”; reside na casa dos pais, mesmo após o falecimento da sua mãe, onde reside com o pai, com a atual esposa do seu pai, com a irmã que também sofre com transtorno mental, com uma sobrinha e com seu filho, principal responsável por seus cuidados; apresenta boa resposta “ao tratamento farmacológico, sob acompanhamento psiquiátrico”; o filho do interessado “refere sua preocupação com a situação financeira do Sr. Cláudio porque o mesmo é muito vulnerável a solicitações e já comprometeu sua renda com compras desnecessárias, financiamentos e doações”.

32. Constam, ainda, as fichas financeiras do interessado dos proventos que recebe pela aposentadoria no Ministério da Saúde, referentes aos anos de 2010 a 2018 (página 21 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 2” e páginas 1 a 17 do arquivo “resposta CLAUDIO ROCHA PIRES 3”).



33. Em análise, a defesa argumenta que a dependência econômica no caso de pensão concedida a filho inválido, enquanto durar a invalidez, é presumida, e cita diversos julgados nesse sentido.

34. Entretanto, extrai-se do Voto do Conselheiro Relator datado de 06/10/2017 (e-DOC 33CB84C3):

*“Nada obstante, é preciso ter em mente que essa presunção, quanto aos filhos de servidores, não é absoluta, mas sim relativa, tendo em conta a linha de entendimento adotada por este Tribunal na vigência da Lei nº 8.112/90, que fora consubstanciada em diversos julgados de tribunais judiciais, não se podendo olvidar que tanto a concessão quanto a revisão em exame foram concedidas na vigência da Lei nº 8.112/90 aqui no Distrito Federal, em face do já mencionado art. 30 da LC nº 769/08, na redação dada pela LC nº 818/09.*

*Nesse giro, apresentam-se os seguintes julgados:*

*- “AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. TITULAR DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Nas hipóteses em que o filho inválido é titular de benefício de aposentadoria por invalidez, sendo o marco inicial anterior ao óbito da instituidora da pensão, a dependência econômica deve ser comprovada, porque a presunção desta acaba sendo afastada diante da percepção de renda própria.*

*2. A irresignação que busca desconstituir os pressupostos fáticos adotados pelo acórdão recorrido encontra óbice no enunciado nº 7 da Súmula desta Corte.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento.”*

*(AgRg no REsp nº 1.241.558/PR, STJ, Sexta Turma, Rel. Ministro Haroldo Rodrigues - Desemb. convoc. do TJ/CE, DJE de 06.06.2011) (grifado)*

*(...)*

*Ainda nesse contexto, impende salientar que a jurisprudência do e. TCU consolidou o entendimento de que, para a pensão por morte instituída para filhos maiores inválidos, com fulcro no art. 217, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, é exigida a comprovação da dependência econômica do beneficiário em relação ao instituidor (p. ex., Acórdãos nºs 1.535/2007-TCU-Plenário, 567/2008-TCU-2ªCâmara, 2.966/2014-TCU-2ªCâmara e 1.520/2015-TCU-1ªCâmara).*

*Igualmente, acrescente-se que o Conselho da Justiça Federal publicou em seu site, em novembro de 2013, informação no sentido de que a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) firmou o entendimento, com base em jurisprudência do*

*e. STJ, de que “a presunção de dependência econômica do filho maior inválido é relativa e fica afastada quando ele auferir renda própria”.*”

35. Observa-se, assim, que a justificativa apresentada pela defesa de que a dependência econômica neste caso é presumida encontra impedimento na própria jurisprudência, por se tratar de um filho inválido que auferia renda própria de aposentadoria por invalidez desde período anterior ao óbito da instituidora da pensão, caso em que a dependência econômica, então, passa a ser relativa.

36. Como mencionado na informação anterior, datada de 09/05/2018 (e-DOC 64008701-e), caso análogo sobre concessão de pensão civil temporária a filho maior inválido que recebia aposentadoria por invalidez foi tratado recentemente neste Tribunal no Processo TCDF nº 6.422/2017, no qual foi proferida a Decisão nº 293/2018, que considerou ilegal a concessão nela tratada, dada a ausência de comprovação da dependência econômica do beneficiário em relação ao instituidor.

37. Extrai-se da informação da unidade técnica juntada ao processo nº 6.422/2017 em 06/11/2017 (e-DOC A9658E4E) que:

*“6. O pensionista temporário é aposentado por invalidez, cuja concessão foi considerada legal na S.O nº 1819, de 29/05/80 (fl.4 processo principal e fls. 30 e 58-apenso). Conforme laudo de fl.16-apenso, o mesmo foi declarado incapaz para o serviço público e de reger sua pessoa e seus bens.*

(...)

*19. No caso em análise, o Sr. Jorge Osmar de Oliveira foi admitido no quadro de servidores do GDF em 10/05/1962 e foi aposentado em 26/01/1979, com fundamento nos arts. 176, III, e 178, I, b, da Lei nº 1.711/52,<sup>3</sup> por invalidez qualificada com proventos integrais (fls. 64/67). Enquanto esteve trabalhando, ele não tinha dependência econômica em relação ao pai. Se em 23/03/1995, data do falecimento do Sr. Itamar Cardoso Oliveira (instituidor do benefício), o pensionista ainda estivesse trabalhando, nem se cogitaria a possibilidade do recebimento de pensão. A aposentadoria não lhe retirou a capacidade de prover o próprio sustento.*

*20. Aliás, como já fora dito no §13 da Instrução de fls. 10/14 (argumento reforçado no Voto Condutor da Decisão nº 4379/2017 (fl. 29): “Pensar diferente, ou seja, dispensar o requisito da dependência econômica, será o mesmo que deferir absurdamente pensão estatutária a todos os ‘filhos maiores inválidos’, independentemente da capacidade e do estado civil dos potenciais beneficiários de pensão (solteiro/casado; servidor público; empresário; etc).”.*

(...)

*22. Dito de outra forma, a caracterização do que venha a ser “dependência econômica”*



*somente se justiça na hipótese de o potencial beneficiário não estar previamente vinculado ao Estado. Do contrário, estaremos aqui discutindo se os proventos estatutários desse ou daquele servidor é baixo, médio ou alto, matéria estranha aos autos e que, se fosse o caso, deveria ser resolvida por legislação própria.*

*23. Então, não se justifica a concessão de pensão, cujo fundamento é amparar o filho enquanto esse não adquiriu a capacidade (real ou presumida) de custear a própria sobrevivência, se o interessado não comprovou que, na data do óbito do instituidor do benefício, além de maior inválido, era dependente econômico de seu genitor.”*

38. Destaca-se do Voto que justifica a mencionada Decisão nº 293/2018, datado de 29/01/2018 (e-DOC 0B0F2216), que:

*“Pontua o Corpo Técnico que a previsão de concessão de pensão temporária ao filho maior de 21 (vinte e um) anos inválido, disposta no artigo 217, inciso II, alínea “a” da Lei n.º 8112/90, objetivava dar segurança ao filho inválido, partindo do pressuposto que ele não conseguiria prover o próprio sustento.*

*Não é o caso dos autos.*

*O que se apresenta aqui, aliás, vai de encontro à presunção acima mencionada, uma vez que o filho inválido, no caso, já percebia proventos a título de aposentadoria por invalidez há 15 anos quando do óbito do instituidor, o que perdura até os dias atuais.*

*(...)*

*Naquela oportunidade, destaquei que o Tribunal de Contas da União consolidou o entendimento de que, para a pensão por morte instituída para filhos maiores inválidos, com fulcro no art. 217, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, é exigida a comprovação da dependência econômica do beneficiário em relação ao instituidor (Acórdãos n.ºs 1.535/2007-TCU-Plenário, 567/2008-TCU-2ªCâmara, 2.966/2014-TCU-2ªCâmara e 1.520/2015-TCU-1ªCâmara).*

*Igualmente, acrescente-se que o Conselho da Justiça Federal publicou em seu site, em novembro de 2013, informação no sentido de que a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) firmou o entendimento, com base em jurisprudência do e. STJ, de que “a presunção de dependência econômica do filho maior inválido é relativa e fica afastada quando ele auferir renda própria”.*

*Nesse diapasão, não se está aqui afastando a possibilidade de percepção da pensão civil pura e simplesmente pelo fato de o requerente já receber verbas decorrentes de aposentadoria por invalidez, mas pelo fato, somado a este anterior, de não restar demonstrada a dependência econômica em relação ao instituidor do benefício.”*

39. Porém, o interessado ingressou com pedido de reexame em face da Decisão nº 293/2018, por entender que esta decisão infligiu as normas contidas no art. 217, inc. II, alínea “a”, da Lei nº 8.112/1990. Além disso, alega que: o pedido de pensão por morte teve todos os pareceres favoráveis pelos Procuradores do DF; o interessado é incapaz para o trabalho e incapaz de reger sua pessoa e bens; a pensão por morte seria direito adquirido por estar sendo recebida há mais de 8 (oito) anos; e o interessado vivia sob a dependência econômica de seus genitores, e, desde o falecimento de seu pai, vive sob os cuidados da sua irmã e curadora, que utiliza a pensão para o custeio das despesas de subsistência de ambos.

40. A análise de mérito deste pedido de reexame, datada de 23/10/2018 (e-DOC 417C243C), pelo desprovemento do recurso, ressaltou que:

*“15. Noutro giro, embora se reconheça a existência de entendimento pela desnecessidade de se provar a dependência econômica dos filhos inválidos em relação aos pais, não se admite a concessão de pensão por morte àqueles em relação aos quais haja prova da ausência de dependência econômica do falecido. Isso porque essa dependência, embora presumida, é relativa (iuris tantum), admitindo, portanto, prova em contrário<sup>8</sup>, ainda mais nos casos em que o filho se torna inválido após a maioridade, em que, ordinariamente, há perda da condição de dependente, conseqüentemente, perda da qualidade de beneficiário.*

*16. Veja-se, nesse sentido, principalmente no caso de filho maior inválido possuidor de renda própria, o posicionamento da Turma Regional de Uniformização do TRF da 4ª Região (TRF/4), evidenciado no seguinte julgado do e. Supremo Tribunal Federal em sede de recurso extraordinário<sup>9</sup>, verbis:*

*“Decisão: Trata-se de agravo interposto contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário em face de acórdão da Turma Regional de Uniformização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ementado nos seguintes termos: “INCIDENTE REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO DE ORDEM 006 DESTA TRU. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO DO MAGISTRADO QUE PARTICIPOU DO JULGAMENTO DO RECURSO NA TURMA RECURSAL CORRESPONDENTE. PENSÃO POR MORTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM (RELATIVA). QUESTÃO DE ORDEM 013 DA C. TNU. NÃO CONHECIMENTO DO INCIDENTE. Nos termos da Questão de Ordem 006 desta TRU, o julgamento do processo originário em primeira instância ou a participação do Magistrado no julgamento do recurso na Turma Recursal de Origem, ou em juízo de retratação ou readequação, não gera impedimento na Turma Recursal de Uniformização. Em relação ao filho maior inválido, a presunção de dependência econômica para fins de obtenção de pensão por morte é iuris tantum (relativa), e não absoluta (iuri at de iure), devendo a dependência econômica em relação ao falecido segurado ser comprovada. Esse entendimento abrange principalmente o filho maior inválido que possui renda própria, como*

aquele que é titular de aposentadoria por invalidez, por exemplo. Não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Regional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem 013 da C. TNU) Incidente Regional de Uniformização de Jurisprudência não conhecido. No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, “d”, da Constituição Federal, aponta-se violação aos arts. 5º, caput, do texto constitucional. Nas razões recursais, alega-se que exigir comprovação de dependência para a concessão de pensão por morte é ato discriminatório e fere o princípio da isonomia. (eDOC 9, p. 9) Decido. O recurso não merece prosperar. No caso, verifico que o Tribunal de origem, com base nas provas dos autos, consignou que a dependência econômica de filho maior inválido tem caráter de presunção relativa e deve ser comprovada no caso concreto. Nesse sentido, extrai-se o seguinte trecho do acórdão impugnado: “(...) em relação ao filho maior inválido, a presunção de dependência econômica para fins de obtenção de pensão por morte é iuris tantum (relativa), e não absoluta (iure et de iure), devendo a dependência econômica em relação ao falecido segurado ser comprovada.” (eDOC 6) Assim, divergir desse entendimento demandaria o revolvimento do acervo fático probatório, providência inviável no âmbito do recurso extraordinário. Nesses termos, incide no caso a Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal. Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes: “Agravio regimental no recurso extraordinário com agravo. 2. Direito previdenciário. 3. Pensão por morte. Dependência econômica. 4. Incidência do Enunciado 279 da Súmula do STF. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE-AgR 779.079, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 2.4.2014)” “AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENSÃO POR MORTE. PREENCHIMENTO DE REQUISITOS. ANÁLISE DA DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. SÚMULAS 279 E 280/STF. PRECEDENTES. Caso em que a resolução da controvérsia demandaria a análise da legislação local e o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado em recurso extraordinário. Incidência das Súmulas 279 e 280/STF. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE-AgR 693.079, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 18.6.2014)” Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 932, IV, do NCPC c/c art. 21, §1º, do RISTF). Publique-se. Brasília, 20 de maio de 2016.” (grifos nossos)

(ARE 968442, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 20/05/2016, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-108 DIVULG 25/05/2016 PUBLIC 27/05/2016)

17. Ainda nesse contexto, saliente-se que a jurisprudência do e. Tribunal de Contas da União consolidou o entendimento de que, para a pensão por morte instituída em favor de filho maior inválido, é exigida a comprovação da dependência econômica do beneficiário em relação ao instituidor, devendo ser aferida caso a caso, por meio de instrumentos idôneos e aptos a demonstrar a efetiva existência dessa condição. (...)

(...)

18. Semelhante posição quanto ao tema adota o e. Superior Tribunal de Justiça, o que se evidencia no julgamento do Recurso Especial nº 1.449.938 - RS<sup>11</sup>, (...). ”.

41. Entretanto, o parecer da Terceira Procuradoria do Ministério Público de Contas do DF, datado de 28/11/2018 (e-DOC 740AC549), divergiu da unidade técnica e sugeriu o provimento do recurso.

42. No mesmo sentido se manifestou o Conselheiro-Relator em seu Voto, datado de 18/03/2019 (e-DOC 3AE1061D), ao considerar que as provas e os dados contidos no processo “reafirmam **a presunção de dependência econômica** e demonstram que o recorrente, hoje com 76 anos de idade e aposentado por alienação mental, depende dos benefícios que percebe para a própria subsistência”.

43. Por fim, foi proferida nos autos a Decisão nº 904/2019, que deu provimento ao pedido de exame interposto em face da Decisão nº 293/2018, “para reformar os termos de seu item III e considerar legal, para fins de registro, a pensão em exame, uma vez que não restou afastada a “presunção” de dependente econômico do recorrente em relação a seu genitor e instituidor do benefício ao tempo do falecimento deste (23/03/1995), observado o requisito contido no artigo 217, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, vigente na época do óbito”.

44. Observou-se, então, que no Processo TCDF nº 6.422/2017, o filho maior inválido recebia aposentadoria por invalidez e havia sido declarado incapaz para o serviço público e de reger sua pessoa e seus bens, sendo, representado, pois, por Ação de Interdição e Curatela. Inicialmente teve sua concessão de pensão civil considerada ilegal, diante da ausência de comprovação de dependência econômica em relação ao instituidor.

45. Contudo, após a interposição de recurso pelo interessado, a Decisão nº 904/2019 do Tribunal decidiu reformar a decisão anterior (Decisão nº 293/2018), e considerar legal a pensão em exame, uma vez que não restou afastada a “presunção” de dependente econômico do recorrente em relação a seu genitor e instituidor do benefício ao tempo do falecimento deste, observado o requisito contido no artigo 217, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.112/90, vigente na época do óbito.

46. Comparando os dois casos, na revisão de pensão civil ora em análise o filho maior inválido possui uma aposentadoria por invalidez (recebia a aposentadoria há quase 9 anos – desde 19/09/2001 – quando a mãe faleceu em 15/02/2010) e manteve o exercício de suas funções civis, o que contribui para reforçar a hipótese de que ele não dependia economicamente dos seus genitores para viver, além dos argumentos já expostos acima.

47. Então, não se justifica a concessão de pensão, cujo fundamento é amparar o filho enquanto esse não adquiriu a capacidade (real ou presumida) de custear a própria sobrevivência, se o interessado não comprovou que, na data do óbito da instituidora do benefício, além de maior inválido, era dependente econômico de sua genitora.

48. Assim sendo, considerando a inexistência de direito do beneficiário Claudio Rocha Pires

à percepção de pensão instituída pela sua genitora, por não ter comprovado sua dependência econômica na data do óbito da instituidora, em 15/02/2010, em virtude de o interessado receber aposentadoria por invalidez na esfera federal, ainda que proporcional, deve ser sugerido ao Tribunal que considere ilegal a revisão de pensão em análise.

49. Registra-se, por oportuno, que a aposentadoria foi considerada legal pelo TCDF em Decisão Plenária na 2.781ª Sessão Ordinária, realizada em 22/10/1991, e a revisão de aposentadoria pela Decisão TCDF nº 8.449/1996, ambas do Processo TCDF nº 1.529/1989.

50. Acrescenta-se, por fim, que se verificou uma divergência no percentual do ATS, pois consta na aba “Tempos” 29% de ATS, e na aba “Proventos” consta o percentual de 33% de ATS.

51. Porém, em consulta ao SIGRH, em pesquisa no CADPVT09 (formação do valor da pensão), notou-se que consta o percentual de 29% de ATS.

52. Além disso, na aba “Histórico”, no campo da “Aposentadoria”, faltou incluir o fundamento legal das vantagens – artigo 184, item II, da Lei nº 1.711/52, consoante retificação da aposentadoria publicada no DODF de 07/04/1989.

53. De toda forma, considerando que a sugestão desta unidade técnica é pela ilegalidade do ato, deixa-se se propor o esclarecimento da divergência e a correção no SIRAC mencionados acima.

54. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Tribunal que:

I) tome conhecimento da defesa apresentada pelo Sr Cláudio Rocha Pires, por meio do seu representante legal/advogado, em cumprimento à Decisão TCDF nº 3.751/2018, para, no mérito, considerá-la insubsistente;

II) considere cumprida a diligência contida na Decisão TCDF nº 3.751/2018;

III) considere ilegal o ato de concessão de pensão temporária ao beneficiário Sr. Claudio Rocha Pires, com recusa do registro, por falta de amparo legal para seu enquadramento como beneficiário, por não ter comprovado sua dependência econômica na data do óbito da instituidora, em 15/02/2010, visto que recebe aposentadoria decorrente de cargo no Ministério da Saúde, na esfera federal;

IV) determine ao IPREV/DF, no prazo de 30 (trinta) dias, que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da LODF; e

V) dê conhecimento da decisão que vier a ser adotada ao Sr Cláudio Rocha Pires, por meio do seu representante legal/advogado.

À Consideração Superior.

Brasília, 25 de Abril de 2019

JAMILE MEDEIROS FON - Mat. nº 15528

---

SIRAC - Sistema de Registro de Admissões e Concessões - 12:39:59 - 10/05/2019